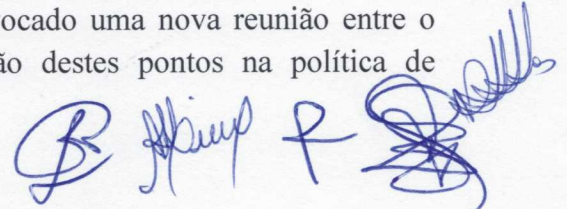
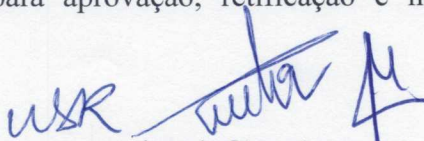
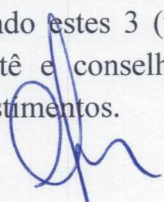


Ata da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paraopeba – IPREV-PBA, para apresentação da política de Investimentos, exercício 2023, realizada no dia 10 de novembro de 2022, às 10:00 horas, na sede do Instituto, situado à Rua Paula Freitas, nº 110, Centro, Paraopeba, onde estiveram presentes os Diretores: Sra. Anna Paula Cardoso Ribeiro Araújo – Diretora Presidente, a Sra. Bruna Greice da Silva Assing – Diretora Financeira; os Conselheiros Fiscais: Sras. Raquel Duarte Nunes de Oliveira, Wilma Sebastiana Rodrigues, Cláudia Regina Pinto e Alice Nascimento Lima e os membros do Comitê de Investimentos, Sra. Rosângela Ferreira da Costa – Presidente, Sr. Jean Marcell de Freitas Santos – Secretário e o Sr. José Márcio Pires de Sousa – Membro, acusamos também a participação dos Srs. Sr. Charlie Camargos, economista e consultor da Mensurar – Serviços de Consultoria Econômica Ltda. Aberta a reunião, a presidente do COMINV juntamente com a Diretora Presidente do Instituto deram as boas-vindas aos participantes e passaram a palavra para o representante da empresa de consultoria Mensurar, Sr. Charlie, que deu início a explanação falando sobre a trajetória da inflação no ano e os impactos nas alocações do instituto, principalmente sob a ótica da meta atuarial que é IPCA+. Foi abordado os limites superiores da meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central -BC, comparativamente, a expectativa do mercado que atualmente é superior ao teto da meta. Foi mencionado que o Comitê de Política Monetária – COPOM, tem abordado na ata de suas últimas reuniões que o BC tem expandido o horizonte de inflação, passando a olhar para 2024 e não 2023, o que sugere que para 2023, o BC não tem conseguido trazer a inflação para os níveis estipulados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Em seguida foi abordado dados de PIB e taxa de juros, além das expectativas de mercado para o IPCA em 2023. Baseado no boletim Focus, a expectativa de mercado ainda demonstrava juros reais positivo ao qual possibilitaria o IPREV-PBA a manter quase que a totalidade de suas alocações em renda fixa, e ainda sim, obter rentabilidade com a meta atuarial sem incorrer em grandes riscos. Foi apresentado também dados de emprego e salários, ao qual demonstra um menor nível de desemprego e um salário médio em ascensão. Foi explicado que essa dinâmica, junto com o câmbio e política fiscal, seriam variáveis que deveriam ser acompanhados de perto tendo em vista o efeito inflacionário destes pontos. Se essas variáveis exercerem pressões inflacionárias, revisões na estratégia alvo poderiam ser revistas ao longo de 2023. A estratégia alvo de alocação predomina em ativos atrelados ao CDI (via fundos e ativos de emissão bancária). No somatório dos artigos, a exposição a esse fator de risco (CDI), deixaria o IPREV-PBA com exposição de 60%. Outros 29% estariam expostos a títulos públicos diretamente e via fundos com benchmark IDkA, IRF-M e IMA-B. Os outros 11% estariam expostos a fundos imobiliários, multimercado, ações no Brasil e crédito privado. Ambas alocações que o IPREV-PBA já tem no portfólio atual. Quanto ao segmento do empréstimo consignado, embora já esteja aprovado pelo comitê e conselho, não consta nenhuma alocação pelos seguintes fatores: (i) o IPREV-PBA precisa contratar uma empresa que auxilie na gestão dos empréstimos; (ii) necessita ser feito um estudo de compatibilidade entre o empréstimo consignado e as demais alocações do instituto e (iii) seja elaborado a política de concessão de crédito conforme previsto na portaria MTP nº 1.467. Quando estes 3 (três) pontos forem concluídos, será convocada uma nova reunião entre o comitê e conselho para aprovação, retificação e inserção destes pontos na política de investimentos.



## ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO

Considerando-se o cenário econômico projetado no ano corrente para 2023 e os limites de alocação instituídos pela Resolução CMN 4.963/2021, abaixo é definida a estratégia de alocação adotada pelo RPPS para o ano de 2023. A coluna "estratégia alvo" se refere a um objetivo assertivo de investimento, baseado no cenário projetado na presente data. No entanto, as colunas "limite inferior" e "limite superior" tornam as decisões de alocação mais flexíveis, uma vez que tanto o cenário econômico quanto os investimentos são dinâmicos e variam no tempo.

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	RESOLUÇÃO 4.963/2021	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
I, a - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	5%	100%
I, b - FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	24%	100%
I, c - ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100%	0%	0%	100%
II - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5%	0%	0%	5%
III, a - FI RENDA FIXA - GERAL	65%	0%	50%	65%
III, b - ETF - ÍNDICES DE RENDA FIXA - GERAL	65%	0%	0%	65%
IV - ATIVOS DE RF DE EMISSÃO DE INST. FINANC. BANCÁRIAS	20%	0%	10%	20%
V, a - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR	5%	0%	0%	5%
V, b - FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	5%	0%	2%	5%
V, c - FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	5%	0%	0%	5%
I, a - FI AÇÕES	35%	0%	0%	35%
I, b - ETF - ÍNDICES DE AÇÕES	35%	0%	2%	35%
I - FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA	10%	0%	0%	10%
II - FI - SUFIXO "INVESTIMENTO NO EXTERIOR"	10%	0%	0%	10%
III - FI DE AÇÕES - BDR NÍVEL 1	10%	0%	0%	10%
I, a - FI MULTIMERCADO - ABERTO	10%	0%	5%	10%
I, b - FI EM PARTICIPAÇÕES	5%	0%	0%	5%
I, c - FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO"	5%	0%	0%	5%
FI IMOBILIÁRIOS	5%	0%	2%	5%
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	10%	0%	0%	10%

A estratégia alvo consiste em manter alocação predominante em ativos de renda fixa pós fixados via fundos. Ressalta-se que os ativos de renda fixa pós, podem ser adquiridos também via Títulos Públicos Federais e títulos privados elegíveis pela Resolução CMN nº 4.963 desde que emitidos por instituições que façam parte da lista exaustiva da SPREV. Outro ponto importante é constar como "estratégia alvo" alocação em renda variável, sendo esta utilizada de forma tática e não estratégica, assim como a possibilidade de alocação em títulos IPCA+ e/ou pré. A presente Política de Investimentos poderá ser revista ou alterada em caso de necessidade para a adequação de suas orientações às novas condições de conjuntura econômicas e/ou alterações na legislação. As revisões realizadas nesta Política de Investimento deverão ser justificadas, aprovadas pelo Conselho do RPPS e publicadas no site e/ou mural do Instituto. A Política Investimentos 2023 foi aprovada pelo Comitê de Investimentos e ratificada pelo Conselho Fiscal e Diretoria, ressaltamos a ausência do Sr. Carlos Renato Simões Avelar - Diretor de

Seguridade, contudo a Política de Investimentos será enviada para seu conhecimento. Nada mais havendo a tratar, a presidente do Comitê de Investimentos, Sra. Rosângela Ferreira da Costa, juntamente com a Diretora Presidente Anna Paula Cardoso Ribeiro Araújo, agradeceram a presença de todos dando por encerrada a reunião. E, estando todos de comum acordo, após lida, vai assinada por mim, Jean Marcell de Freitas Santos, Secretário, e por todos os presentes. Paraopeba/MG, 10 de novembro de 2.022.

Rosângela Ferreira da Costa  
Presidente do Comitê

Anna Paula Cardoso Ribeiro Araújo  
Diretora Presidente

Jean Marcell de Freitas Santos  
Secretário

Paula Regina Lima  
Alice do Nascimento Lima

Roberto Campos

Faquel Duarte e mes Oliveira

Ulirna Sebastiana Rodrigues

Imigante OR Crayp

